



**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Ex. ma Sr.ª Presidente da Assembleia da República**

Considerando que:

1. O Programa de Apoio à Economia Local (PAEL), lançado em 2012, destinou-se a regularizar as dívidas dos municípios vencidas há mais de 90 dias, através de uma linha de crédito;
2. O PAEL divide-se em dois programas: um para autarquias em situação de desequilíbrio estrutural e com pedido de reequilíbrio financeiro apresentado ao Estado; já o segundo dirige-se às dívidas em atraso pelo menos há 90 dias, tem um prazo máximo de vigência de 14 anos e os contratos podem cobrir entre 50 a 90 por cento das dívidas.
3. O Município de Sines assinou em Novembro de 2012 com o Estado português um contrato de empréstimo ao abrigo do PAEL tendo existido pouco tempo depois um conjunto de aditamentos ao mesmo;
4. Relativamente ao empréstimo, consta no último aditamento ao contrato, que o Estado concede ao Município de Sines *“um empréstimo no valor de até EUR 3.548.272,76 (três milhões quinhentos e quarenta e oito mil duzentos e setenta e dois euros e setenta e seis cêntimos)”*;
5. Ainda de acordo com o contrato, o Município de Sines *“procederá ao reembolso do capital de cada parcela desembolsada em 28 prestações semestrais iguais e consecutivas, vencendo-se a primeira em 15 de Maio de 2013 e a última em 15 de Novembro de 2026”*.

Assim, e tendo presente que:

Nos termos do disposto no artigo 156º, alínea d), da Constituição, é direito dos Deputados «requerer e obter do Governo ou dos órgãos de qualquer entidade pública os elementos, informações e publicações oficiais que considerem úteis para o exercício do mandato»;

Nos termos do artigo 155º, n.º 3, da Constituição e do artigo 12º, n.º 3, do Estatuto dos

Deputados, «todas as entidades públicas estão sujeitas ao dever geral de cooperação com os Deputados no exercício das suas funções ou por causa delas»;

Nos termos do disposto no artigo 229º, n.º 1, do Regimento da Assembleia da República, as perguntas apresentadas pelos Deputados são tramitadas por intermédio da Senhora Presidente da Assembleia da República com destino à entidade requerida, tendo esta o dever de responder conforme o disposto no n.º 3 do mesmo preceito;

O(s) Deputado(s) do CDS-PP, abaixo-assinado(s) ve(ê)m por este meio requerer ao Presidente da Câmara Municipal, por intermédio de Vossa Excelência, nos termos e fundamentos que antecedem, o seguinte:

**1. Qual o valor do montante recebido pelo Município de Sines ao abrigo do PAEL?**

**2. Qual foi o destino dado pelo Município de Sines ao montante recebido ao abrigo do PAEL?**

**3. Já procedeu à amortização de alguma parcela desse empréstimo?**

**3.a) Em caso afirmativo: qual o valor da amortização?**

**3.b) Em caso negativo: quando pensa começar a amortizar o empréstimo?**

Palácio de São Bento, sexta-feira, 6 de Fevereiro de 2015

Deputado(a)s

NUNO MAGALHÃES(CDS-PP)

JOÃO PAULO VIEGAS(CDS-PP)

JOSÉ LINO RAMOS(CDS-PP)

PEDRO MORAIS SOARES(CDS-PP)

ALTINO BESSA(CDS-PP)

JOÃO GONÇALVES PEREIRA(CDS-PP)